ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 2025-2030

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2025

COBERTURA DOS OBJETIVOS, MEDIDAS E AÇÕES

ENED

REDAÇÃO

La Salete Coelho e Joana Costa

Entidades Responsáveis pelo Apoio ao Planeamento, Acompanhamento e Avaliação da ENED 2025-2030

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

Julho de 2026

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2025-2030 (ENED 2025-2030), relativamente ao ano de 2025, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

Uma vez que a ENED 2025-2030 foi aprovada a 27 de outubro de 2025 e o seu PA só viria a ser subscrito pelas entidades a 21 de janeiro de 2026, o presente relatório de acompanhamento foi elaborado com base no PA em vigor até então, o da ENED 2018-2022. Não havendo ainda uma definição de metas para 2025, este relatório realizou o mapeamento das ações realizadas, não sendo possível estabelecer uma relação entre os compromissos assumidos pelas entidades e a sua implementação.

A exemplo dos anos anteriores, o processo de recolha de dados foi realizado através de um instrumento *online*, elaborado conforme o previsto no PA. A sua unidade de recolha é a "ação"[1], em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais aqui tratados foram recolhidos a partir de 471 respostas registadas por 41 instituições[2] e representam um total de 1322 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas, reportando ou não dados, das três instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento (CA) da ENED[3], da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações[4], de 11 das restantes 12 Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2025-2030, de 23 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 8 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total de 1322 ações reportadas, 583 (44%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 456 (35%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projeto e 283 (21%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar a existência de 5 projetos de ED implementados pelas ESPA, 29 por ONGD associadas da PPONGD e 5 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 216 (16%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 930 (71%) dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 160 (12%) correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED"; e 16 ações (1%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à "Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED".

[1] Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

[2] Incluindo a Comissão de Acompanhamento (CA).

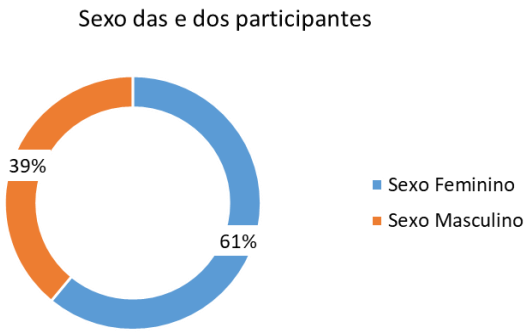
[3] Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação (EduQA) e Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD).

[4] No Plano de Ação desta Estratégia a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

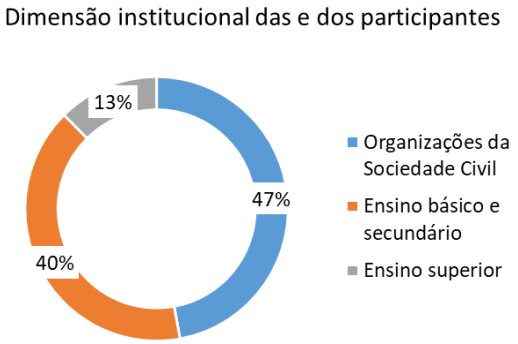
Relativamente às Medidas Transversais, não houve nenhuma ação prevista para o ano em análise.

O presente relatório apresenta, ainda, uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

No âmbito da **dimensão da participação** foi possível contabilizar um total de 953.590 participantes[5], destes apurou-se o sexo de 11.865 e verificou-se a tendência para a predominância do sexo feminino (7.235) face ao sexo masculino (4.628)[6].



Na **dimensão institucional**, apurou-se que a maioria das e dos participantes provinham de 3 grandes grupos: organizações da sociedade civil (3.279), estabelecimentos de ensino básico e secundário (2.811) e do ensino superior (864).



Os **setores de atividade** mais comuns das entidades organizadoras das ações vinculadas à ENED 2025-2030 concentram-se em três grupos: Desenvolvimento (22), Educação (22) e ODS (20).

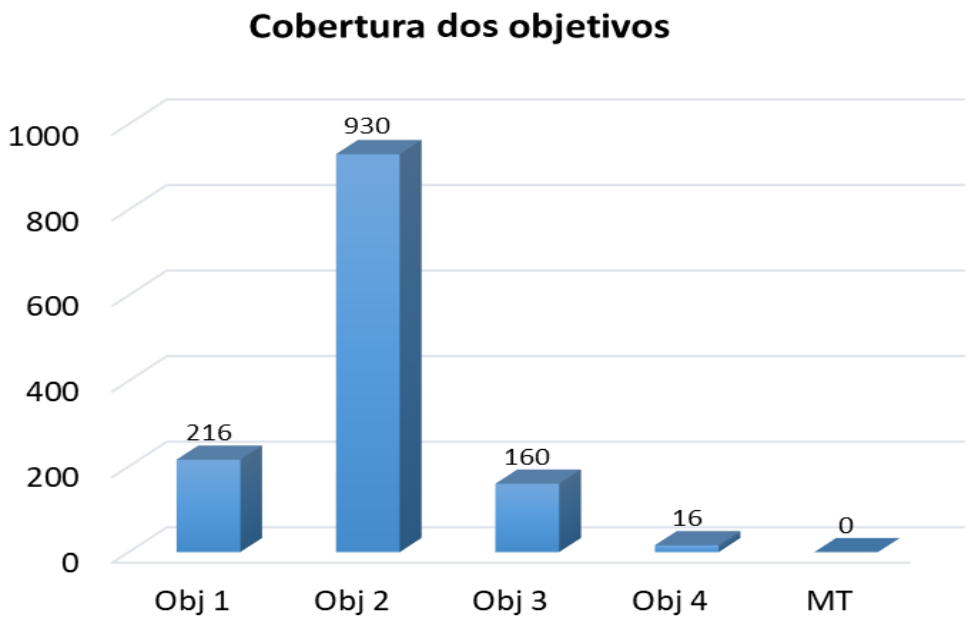
Relativamente à **dimensão geográfica/territorial** das ações implementadas, verificamos uma maior predominância nos distritos de Lisboa (211), Setúbal (126) e Aveiro (92) bem como no âmbito nacional (415). De salientar, no entanto, que as ações

[5] Importa salientar que o maior número de participações advém do objetivo 2, nomeadamente de ações desenvolvidas no âmbito no âmbito do projeto Eco-escolas (908.349 participantes) e da atividade Coastwatch (11.296 participantes) que perfazem um total de 919.645 participantes.
[6] Importa salientar que, no objetivo 2, não foi a possível a recolha de dados relativo ao sexo de 919.645 participantes.

reportadas abrangeram todos os distritos de Portugal continental e a Região Autónoma da Madeira (com exceção de Portalegre e os Açores). As Escolas Superiores de Educação representam nesta propensão para a descentralização um papel de relevância.

Neste documento focar-nos-emos nos dados relativos à cobertura dos objetivos, medidas e ações previstas no Plano de Ação da ENED 2025-2030. Apresentaremos igualmente a análise dos indicadores gerais e específicos, a partir da qual será possível retirar conclusões para cada um dos objetivos.

Cobertura dos objetivos, medidas e ações



À semelhança dos anos anteriores, o volume da cobertura geral dos objetivos manteve-se, com o objetivo 2 tendo o maior número de ações desenvolvidas (930 ações), seguido pelo objetivo 1 (216 ações), o objetivo 3 (160 ações) e, por fim, o objetivo 4 (16 ações). Importa referir que estes números não devem ser comparados diretamente entre si, pois o número de ações estimadas varia de acordo com a tipologia/natureza de cada um dos objetivos. É também de realçar que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade. Em 2025, relativamente às Medidas Transversais, não se registou a concretização de qualquer ação no âmbito destas medidas.

Em seguida, apresenta-se uma análise pormenorizada de cada objetivo, respetivas medidas e ações.

- Objetivo 1

Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento

		Realizadas
Medida 1.1. Formação de agentes educativos	Ação 1 – realização de ações de formação inicial de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino secundário em matéria de Educação para o Desenvolvimento	6
	Ação 2 – realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de Educação para o Desenvolvimento	68
	Ação 3 - realização de ações de formação inicial de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer sector de atividade, em matéria de Educação para o Desenvolvimento	21
	Ação 4 - realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer sector de atividade, em matéria de Educação para o Desenvolvimento	12
Medida 1.2. Capacitação de organizações	Ação 1 – realização de ações de capacitação das ESPA	4
	Ação 2 – realização de ações de capacitação de entidades associadas/parceiras/membros das ESPA	1
	Ação 3 – realização de ações de capacitação de outras entidades	12
Medida 1.3. Produção de conteúdos e recursos	Ação 1 – produção de recursos educativos e conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento	33
	Ação 2 – produção de conteúdos científicos sobre Educação para o Desenvolvimento	17
	Ação 3 – disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida	42

Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 216 ações reportadas, o que corresponde a 16% do total. A partir da análise do gráfico anterior, observa-se uma alteração relativamente à tendência dos anos anteriores, a medida 1.1 dedicada à *Formação de agentes educativos*, composta por quatro ações (1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4) é a que agora concentra o maior número de ações reportadas dentro deste objetivo (107 ações no total), ultrapassando a medida 1.3 dedicada à *Produção de conteúdos e recursos* (92 ações), que nos anos anteriores liderava esta distribuição.

A ação 1.1.2, focada na *realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED*, é a ação mais implementada neste objetivo, tendo registado um aumento de 17 ações face a 2024 (68 ações, contra 51). Ainda nesta linha de superação, destaca-se, na mesma medida, a ação 1.1.1 dedicada à *formação inicial de docentes*, que regista um ligeiro aumento, passando de 4 para 6 ações. Também a ação 1.1.3, dedicada à *formação inicial de educadores e educadoras e formadores e formadoras*, apresenta um crescimento assinalável, passando de 13 para 21 ações. Em sentido contrário, a ação 1.1.4 dedicada à *realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer setor de atividade, em matéria de ED* regista uma ligeira diminuição, passando de 13 para 12 ações.

Quanto à medida 1.3, dedicada à *Produção de conteúdos e recurso*, verifica-se uma redução transversal às suas três ações: a ação 1.3.1, dedicada à *produção de recursos educativos e conteúdos*, desce de 67 para 33 ações, a ação 1.3.2, de *produção de conteúdos científicos*, desce de 23 para 17 ações e a ação 1.3.3, referente à *disseminação de conteúdos e recursos produzidos* nas ações anteriores, desce, consequentemente, de 84 para 42 ações. Ainda assim, a ação 1.3.3 mantém-se como a segunda mais reportada do objetivo.

A medida 1.2, *Capacitação de organizações*, mantém-se, globalmente, como a menos reportada no âmbito do objetivo. Dentro desta medida, a ação 1.2.1 regista um ligeiro aumento, passando de 2 para 4 ações, e a ação 1.2.3 apresenta também uma ligeira subida, de 9 para 12 ações. Já a ação 1.2.2 destaca-se pela tendência inversa, com uma quebra acentuada de 8 para apenas 1 ação reportada, tornando-se a de menor expressão em todo o objetivo.

○ Objetivo 2

Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED

		Realizadas
Medida 2.1. Reforço da integração da ED no sistema educativo	Ação 1 – promoção de projetos e outras iniciativas de integração da Educação para o Desenvolvimento nos estabelecimentos de educação, ensino e formação	552
	Ação 2 – realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos	2
	Ação 3 – elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram abordagens de Educação para o Desenvolvimento no ensino superior	0
Medida 2.2. Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal	Ação 1 – realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da Educação para o Desenvolvimento, por organizações de cúpula	82
	Ação 2 – realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da Educação para o Desenvolvimento, por outras organizações	155
	Ação 3 – elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha	0
Medida 2.3. Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas	Ação 1 – organização de iniciativas de diálogo sobre problemáticas de Educação para o Desenvolvimento com titulares dos órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local	18
	Ação 2 – organização de iniciativas de diálogo sobre os desafios da Educação para o Desenvolvimento com membros nacionais dos órgãos políticos europeus	0
	Ação 3 – organização de iniciativas sobre problemáticas de Educação para o Desenvolvimento com entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas	12
Medida 2.4. Envolvimento dos meios de comunicação social	Ação 1 – realização de ações de Educação para o Desenvolvimento com profissionais de meios da comunicação social	1
	Ação 2 – publicação de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais	23
Medida 2.5. Participação internacional	Ação 1 – participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal	24
	Ação 2 – participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais	61

Para o objetivo 2, foram reportadas 930 ações, o que corresponde a 71% do total, dedicadas a “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”. Obtém-se, desta forma, um saldo positivo em relação ao ano anterior (764 ações).

À semelhança do observado no ano anterior, mas verificando-se uma alteração no número absoluto de reportes, as ações 2.1.1 “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” e 2.2.2 “realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, por outras organizações” mantêm-se como as ações que apresentam um maior volume (552 e 155, respetivamente), com uma margem de diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

Relativamente à medida 2.1, "Reforço da integração da ED no sistema educativo", destaca-se o crescimento muito acentuado da ação 2.1.1, que passou de 266 ações em 2024 para 552 em 2025. Em sentido contrário, a ação 2.1.2, de realização de sessões de divulgação do Referencial de ED, registou uma ligeira quebra, com 2 ações este ano, face às 4 do ano anterior. Já a ação 2.1.3 "elaboração e divulgação de um levantamento de unidades curriculares que integram abordagens de ED no ensino superior" manteve-se sem qualquer registo, à semelhança do que já se verificava no ano anterior.

Quanto à medida 2.2, de "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal", dedicada à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2), apresenta resultados inferiores aos do ano anterior (menos 74 e 99 ações, respetivamente). Relativamente à ação 2.2.3, "elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha", não foi feito nenhum avanço, mantendo-se, tal como no ano anterior, sem qualquer registo.

A medida 2.3 refere-se à "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas" e envolve diferentes grupos de titulares dos poderes políticos. A ação 2.3.1, que se concentra em ações com "titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais", registou 18 ações, um valor muito próximo do ano anterior (19). A ação 2.3.2, que envolve "membros nacionais dos órgãos políticos europeus", não registou nenhuma ação, à semelhança do ano anterior. Já a ação 2.3.3, que inclui "entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas", manteve o mesmo número de ações do ano anterior (12).

Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o "Envolvimento dos meios de comunicação social", importa assinalar uma melhoria face ao ano anterior. A ação 2.4.1 "realização de ações de ED com profissionais de meios da comunicação social" registou 1 ação, uma a mais do que no ano anterior. A ação 2.4.2 "publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional

e local, incluindo nas redes sociais" registou um aumento muito expressivo, passando de 4 para 23 ações.

No que concerne à medida 2.5, dedicada à "Participação internacional", ambas as ações registaram valores superiores aos do ano anterior. A ação 2.5.1, relativa à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal", registou um aumento de 4 ações (de 20 para 24). Já a ação 2.5.2, referente à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais", registou um notável aumento de 32 ações (de 29 para 61), o que é de realçar.

○ Objetivo 3

Afirmar a importância e promover a transversalização da ED

		Realizadas
Medida 3.1. Reconhecimento formal da ED	Ação 1 – reconhecimento formal da Educação para o Desenvolvimento nos documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local	25
	Ação 2 – reconhecimento formal da Educação para o Desenvolvimento nos documentos estratégicos e operacionais por parte de entidades públicas e da sociedade civil	53
Medida 3.2. Articulação nacional na tomada de decisões	Ação 1 - realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)	1
	Ação 2 – inclusão do tema da Educação para o Desenvolvimento em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030	3
Medida 3.3. Articulação internacional na tomada de decisões	Ação 1 – realização de reuniões e outras ações relacionados com a participação de Portugal nos âmbitos da ONU, UE, CAD-OCDE, Conselho da Europa, GENE, CONCORD e outros relevantes	14
	Ação 2 – elaboração de documentos relacionados com a participação de Portugal nos âmbitos da ONU, UE, CAD-OCDE, Conselho da Europa, GENE, CONCORD e outros relevantes	4
Medida 3.4. Mobilização de recursos adequados à intervenção	Ação 1 – mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente a Educação para o Desenvolvimento	60
	Ação 2 – mobilização pelas ESPA de outros recursos para Educação para o Desenvolvimento	0

Para o objetivo 3, foram reportadas 160 ações, o que corresponde a 12% do total, dedicadas a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED". À semelhança do ano anterior, ambas as ações da medida 3.1, que prevê o "Reconhecimento formal da ED" "por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1) e "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2), mantiveram exatamente o mesmo volume de registos do ano anterior (25 e 53 ações, respetivamente). Também a ação 3.4.1, "mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente a ED", mantém-se como uma das ações com maior volume, tendo registado, inclusive, um ligeiro aumento face ao ano anterior (60 ações, comparativamente às 52 de 2024), com uma diferença significativa em relação às demais ações do mesmo objetivo.

Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de Ação das ENED 2025-2030[7], mais três que não pertencem a esta rede. Os dados inseridos na ação 3.1.2 identificam as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e outras entidades (ONGD, por exemplo) que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

Na medida 3.2, dedicada à "Articulação nacional na tomada de decisões", registou-se uma quebra acentuada no número de ações na tipologia 3.2.1, de realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, que passou de 14 para 1 ação. Já a tipologia 3.2.2, de inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental, registou um ligeiro aumento, passando de 1 para 3 ações.

A medida 3.3, dedicada à "Articulação internacional na tomada de decisões", registou, na tipologia de ação 3.3.1, a participação em 14 reuniões, um aumento significativo em comparação com o ano anterior (5 reuniões). Na tipologia de ação 3.3.2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, registam-se 4 documentos, mantendo-se o mesmo número do ano anterior.

Relativamente às ações decorridas no âmbito da medida 3.4, voltada para a "Mobilização de recursos adequados à intervenção", foram registadas 60 ações de mobilização de recursos afetos expressamente à ED (3.4.1), um valor superior ao do ano anterior (52 ações), e nenhuma ação de mobilização, pelas ESPA, de outros recursos para a ED (3.4.2), face à única ação registada em 2024, verificando-se aqui uma quebra face ao ano anterior.

[7] Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

- Objetivo 4

Consolidar a implementação da ENED

		Realizadas
Medida 4.1. Modelo institucional	Ação 1 – realização de sessões de trabalho colaborativo da CA da ENED	6
	Ação 2 – realização de sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA	4
	Ação 3 – institucionalização de um Secretariado que apoie a CA e o grupo das ESPA	1
	Ação 4 – apresentação de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED em reuniões da CA, do grupo de ESPA, de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030	2
Medida 4.2. Sistema de acompanhamento	Ação 1 – elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED	1
	Ação 2 – criação e atualização de uma plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED	1
	Ação 3 – realização de sessões de trabalho colaborativo, nomeadamente de formação, para as ESPA, associadas e parceiras sobre implementação e reporte da implementação da ENED	1
	Ação 4 – realização de revisão pelos pares (peer review) do GENE	0
	Ação 5 – promoção da inclusão da ENED no relatório do CAD-OCDE sobre a política portuguesa de apoio ao desenvolvimento	0
Medida 4.3. Cultura de avaliação na ENED	Ação 1 - realização de ações de promoção de uma cultura de avaliação entre os atores de Educação para o Desenvolvimento	0
	Ação 2 - realização de uma avaliação intermédia e interna	0
	Ação 3 – realização de uma avaliação final e externa	0
	Ação 4 – criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de Educação para o Desenvolvimento	0

O objetivo 4 está direcionado para a "Consolidação da implementação da ENED" e apresentou um reporte de 16 ações (1% do total), mantendo-se, dada a sua natureza, como o objetivo com o menor número de ações realizadas. Apesar deste facto, este objetivo registou um aumento de 6 ações face ao ano anterior.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o "Modelo institucional" de funcionamento, verifica-se um desempenho superior face ao ano passado: i) a ação 4.1.1, "realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)", registou 6 ações, mais uma do que em 2024; ii) a ação 4.1.2, focada na "realização de sessões de trabalho colaborativo das ESPA", registou 4 ações, o que representa um aumento de 3 ações em relação a 2024; iii) e a ação 4.1.4, que trata da “partilha de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED”, regista mais uma ações face a 2024. O secretariado criado em 2019 continuou em funcionamento, conforme o esperado (4.1.3).

A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um "Sistema de acompanhamento". A ação 4.2.1, "elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED", é cumprida com a elaboração do presente relatório. Foi criada e esteve em funcionamento a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED - http://www.ened-portugal.pt (ação 4.2.2). Já a ação 4.2.3, que no ano anterior não tinha registado qualquer ação, registou este ano 1 ação.

Para todas as outras ações da medida 4.2 e da medida 4.3 (cultura de avaliação na ENED), não se registaram ações, à semelhança do ano anterior.

Conclusão da análise dos indicadores gerais e específicos

Os **indicadores gerais** e os **indicadores específicos** que em seguida se apresentam respondem às seguintes dimensões: participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; âmbito temporal; disseminação e tipologia das ações. Através da sua análise podem retirar-se conclusões para cada um dos objetivos.

No **objetivo 1** "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED" foi reportado um total de 216 ações. Dos dados que foi possível apurar, salienta-se que:

i) a categoria **Nacional** se manteve como a mais expressiva na **distribuição geográfica das ações**, com 51 reportes. Pela primeira vez, Lisboa não surgiu isoladamente como o distrito com mais ações, apresentando o mesmo valor de Beja e do Porto. Aumentou, contudo, o número de territórios sem ações reportadas para este objetivo;

ii) se manteve a predominância dos **formatos** Formação em sala e Curso, tendo aumentado as referências a campanhas/ações de sensibilização e a webinars;

iii) foram realizadas 68 ações de **formação contínua de docentes**, mais 17 do que em 2024. Das 57 ações para as quais foi disponibilizada informação, 53 (93%) foram acreditadas;

iv) nas ações de formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as, 8 ações foram **certificadas** e 8 não certificadas;

v) a maioria das ações de formação teve **duração** igual ou inferior a 6 horas, mantendo a predominância das ações de curta duração. Foram, ainda assim, identificadas 22 ações com 25 ou mais horas;

vi) entre os **setores de atividade** das entidades envolvidas na organização das ações, predominaram a Educação, o Desenvolvimento, os ODS e as Políticas;

vii) nas medidas 1.1 e 1.2 participaram **5.769 pessoas**. Foi possível identificar o **sexo** de 2.735 participantes, verificando-se uma clara predominância do sexo feminino, com 2.267 participantes;

viii) foi recolhida informação sobre a **proveniência geográfica** de 4.453 participantes, um aumento significativo face aos anos anteriores. A categoria Nacional foi a mais expressiva, seguida de Leiria, Lisboa e Viana do Castelo. Apenas Vila Real não apresentou participantes reportados;

ix) quanto à **proveniência institucional**, destacaram-se os estabelecimentos de ensino básico e secundário, o poder regional e local e o ensino superior, com valores absolutos superiores aos dos anos anteriores;

x) na **produção de conteúdos e recursos de ED**, foram identificados 17 conteúdos e 14 recursos educativos. Foram ainda reportados 17 conteúdos científicos, dos quais 76% produzidos em coautoria, e os 3 artigos e livros científicos identificados foram sujeitos a revisão por pares;

xi) foram **disseminados** 44 recursos educativos e conteúdos. A disseminação incluiu 3.001 divulgações em canais de comunicação social convencionais e 303 em canais digitais, com destaque para o Instagram, o Facebook e os websites.

O **objetivo 2**, "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED", registou 930 ações e manteve-se como o objetivo com o maior número e a maior diversidade de ações. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se que:

i) na **distribuição geográfica das ações**, predominou a categoria Nacional, seguida de Lisboa, Setúbal e Aveiro. Não foram reportadas ações em Bragança, Portalegre e na Região Autónoma dos Açores;

ii) quanto à **tipologia das ações**, mantiveram-se como mais frequentes as oficinas/workshops e as campanhas/ações de sensibilização. As reuniões adquiriram uma expressão superior à observada em anos anteriores;

iii) foi possível quantificar **947.433 participantes**. Destes, 908.349 foram reportados no âmbito do projeto Eco-Escolas e 11.296 na atividade Coastwatch, contabilizando-se 27.788 participantes nas restantes ações;

iv) foi identificado o **sexo** de 9.075 participantes: 54% do sexo feminino, 46% do sexo masculino e 2 pessoas identificadas na categoria "outro";

v) a **proveniência geográfica** das pessoas participantes foi marcada pela categoria Nacional, em grande medida devido ao alcance dos projetos Eco-Escolas e Coastwatch. Entre os distritos, destacaram-se Lisboa, Setúbal e Braga. Vila Real manteve-se como o único distrito sem participações reportadas;

vi) foi possível analisar a **filiação institucional** de 5.835 participantes: 56% pertenciam a organizações da sociedade civil, 27% a estabelecimentos de ensino básico e secundário e 6% a entidades do ensino superior;

vii) das 554 ações com informação sobre o desenvolvimento em **parceria**, 89% envolveram entidades parceiras, confirmando a relevância do trabalho colaborativo na implementação deste objetivo;

viii) participaram 375 residentes em Portugal em **iniciativas no estrangeiro**, sobretudo ligados ao ensino superior, a organizações da sociedade civil e ao ensino básico e secundário. Foram igualmente identificados 772

participantes de outros países em iniciativas realizadas em Portugal, provenientes de África, América, Ásia e Europa.

No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se:

i) a realização de 2 **sessões de divulgação do Referencial de ED**, ambas em Viana do Castelo;

ii) a participação de 173 entidades na **organização das ações** de promoção de projetos e iniciativas no sistema educativo — 22 promotoras e 151 parceiras —, reforçando a tendência de crescimento deste envolvimento;

iii) na **concertação para a melhoria das políticas**, mantiveram-se resultados limitados. Das 18 ações com informação sobre periodicidade, 13 foram classificadas como únicas, 4 como anuais e 1 como pontual;

iv) entre os **setores de atividade** das entidades envolvidas nas medidas 2.2 e 2.3, destacaram-se o Desenvolvimento, os ODS, a Educação, a Capacitação e os Direitos Humanos;

v) na medida 2.4, relativa ao **envolvimento dos meios de comunicação social**, foram reportadas 23 ações de publicação de conteúdos sobre ED. Identificaram-se conteúdos em rádio e um número expressivo de divulgações no Instagram e em páginas web, embora não tenha sido possível recolher dados sobre partilhas digitais.

Para o **objetivo 3**, dedicado a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas 160 ações. Como principais conclusões podem destacar-se:

i) o **reconhecimento formal da ED** por 78 entidades: 15 ESPA, 29 entidades ligadas ao poder municipal, 16 ao ensino superior, 14 organizações da sociedade civil e 4 outras entidades públicas;

ii) este reconhecimento foi concretizado através do protocolo assinado pelas ESPA para a implementação do Plano de Ação da ENED, do Plano de Ação da RICD, de 17 **contratos de subvenção** relativos a projetos de ED e dos Planos de Ação das 14 ESE;

iii) a concentração geográfica das entidades reconhecidas em **Lisboa**, seguida, a uma distância significativa, por Setúbal, Aveiro e Coimbra. Os Planos de Ação das ESE continuaram a permitir uma cobertura territorial mais diversificada;

iv) as medidas de **articulação nacional e internacional** na tomada de decisões envolveram 333 participantes. No plano nacional, destacou-se o evento de lançamento da ENED 2025-2030, com cerca de 50 participantes;

v) na **articulação internacional** foram reportadas 14 reuniões, um aumento significativo face às 5 de 2024, e foram elaborados 4 documentos relacionados com a participação de Portugal em espaços internacionais relevantes;

vi) foi identificado 1 **instrumento financeiro** dedicado expressamente à ED — a linha de ED do Camões, I.P. —, através do qual foram financiados 17 projetos em 2025, bem como contribuições para 2 organismos internacionais, o GENE e a SEGIB;

vii) foram contabilizadas 40 ESPA e entidades associadas com **recursos expressamente afetos à ED**. Não foram disponibilizados dados sobre a mobilização de recursos não expressamente afetos à ED.

O **objetivo 4** pretende "Consolidar a implementação da ENED" e, no seu âmbito, foram reportadas 16 ações, das quais se realça:

i) a realização de 6 reuniões da Comissão de Acompanhamento, 2 sessões de trabalho colaborativo das ESPA e 2 oficinas dedicadas à elaboração do Plano de Ação da **ENED 2025-2030**;

ii) a apresentação, num dos encontros das ESPA, de **informação-síntese relevante** sobre a execução da ENED, designadamente do relatório de acompanhamento do ano anterior;

iii) a participação, nas sessões da Comissão de Acompanhamento, de representantes das 3 ESPA que a compõem — 4 do Camões, I.P., 2 da DGE e 3 da PPONGD —, além de 2 elementos do secretariado de apoio à ENED;

iv) o registo de 31 presenças nas duas sessões de trabalho colaborativo das ESPA, 25 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, e de 24 participantes nas duas oficinas do Plano de Ação, 22 do sexo feminino e 2 do sexo masculino;

v) a predominância de participantes oriundos de entidades localizadas em **Lisboa**, seguidos de Coimbra, Porto e Viana do Castelo, contando-se ainda com a participação de uma representante de uma organização europeia;

vi) a manutenção do **secretariado** de apoio à Comissão de Acompanhamento e ao grupo das ESPA, bem como a elaboração do presente relatório de acompanhamento;

vii) a continuidade da **plataforma de recolha e partilha de informação** sobre a implementação da ENED, na qual foram divulgadas 10 iniciativas e publicadas 31 notícias durante 2025.

Como nota final, importa destacar o compromisso voluntário das ESPA, que desenvolveram e reportaram os dados de um conjunto de ações que contribuem para a concretização dos objetivos do Plano de Ação, mesmo na ausência de um enquadramento formal em vigor durante a maior parte do período em análise. Este compromisso evidencia o reconhecimento, por parte de cada uma das ESPA, da importância da continuidade do trabalho em ED e da ENED portuguesa.